

RELATÓRIO

DE ATIVIDADES 2021

Comité de Monitorização da
Declaração do Luxemburgo.
Rede de Cidades Portuguesas
Capital Europeia da Economia Social.

MARÇO
2022

Índice

Nota Introdutória (2)

1. Definição e objetivo do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo (3)
2. Origem (3)
3. Membros (4)
4. Declarações (4,5)
5. Presidência (5-7)
6. Atividades desenvolvidas em 2021 (7)
 - 6.1. Atividades Âncora (8-27)
 - 6.1.1. Conferência de Alto Nível sobre Economia Social “o papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais” – Sintra – 29 de março de 2021 (8-14)
 - 6.1.2. Cerimónia Pública Solene do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2020, Torres Vedras, 28 de abril 2021 (15-17)
 - 6.1.3. Fórum de Inovação Social – Inovação Social na Economia Social, Braga, 17 e 18 de junho 2021 (18-20)
 - 6.1.4. Conferências de Cascais e Reunião do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, Cascais, 13 e 14 de julho 2021 (21-2’)
 - 6.1.5. Cimeira Ibérica de Economia Social, Coimbra, 8 de setembro de 2021 (26,27)
 - 6.2. Programa completo da Capital Europeia da Economia Social 2021 (28)
7. Materiais produzidos (28)
8. Recomendações da Presidência Portuguesa a futuras Presidências (29,30)

Anexos

Anexo 1 – Regulamento do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo

Anexo 2 – Declarações produzidas no âmbito do Comité

Anexo 3 – Carta de Compromisso da Rede de Cidades Portuguesas – Capital Europeia da Economia Social 2021

Anexo 4 – Programas das Atividades Âncora (Braga / Cascais / Coimbra / Sintra / Torres Vedras)

Anexo 5 – Memorando de Entendimento e Cooperação em Matéria de Economia Social entre Portugal e Espanha

Anexo 6 – Programa completo da Capital Europeia da Economia Social 2021 (Braga / Cascais / Coimbra / Sintra / Torres Vedras)

Anexo 7 – Contactos na área da Economia Social dos Estados Membros

Anexo 8 – Relatório de Atividades / Capital Europeia da Economia Social 2021

Nota Introdutória

O Presente Relatório Preliminar, concluído em novembro de 2021, tem por objetivo disponibilizar em tempo útil, nomeadamente para efeitos de transmissão de informação à próxima presidência do Comité, Itália, um enquadramento histórico e uma coletânea de informação relevante produzida desde 2015 no âmbito do Comité de Monitorização. Pretende igualmente apresentar as atividades desenvolvidas durante a presidência portuguesa, incluindo os cinco eventos âncora previstos, que foram realizados pelas cinco cidades Capital Europeia da Economia Social 2021 em março, abril, junho, julho e setembro. O Relatório Final será apresentado no início de 2022 e incluirá, para além da presente informação, os relatórios elaborados pelas cidades Capital Europeia da Economia Social 2021 sobre todas as atividades que cada cidade realizou ao longo de 2021.

1. Definição e objetivo do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo

O Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo é um órgão intergovernamental composto por representantes de alto nível dos Estados membros da União Europeia (UE) comprometidos com a economia social.

Tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento efetivo da economia social em cada território e em toda a UE, através do intercâmbio de experiências, boas práticas e atividades específicas, em colaboração com organizações representativas da economia social, instituições europeias e outras organizações internacionais e o seu funcionamento rege-se pelo regulamento aprovado em 2017 - [Anexo 1](#).

2. Origem

A Declaração do Luxemburgo, adotada na conferência realizada no Luxemburgo a 3 e 4 de dezembro de 2015 na qual participaram representantes dos governos da Eslováquia, Eslovénia, Espanha, França, Itália e Luxemburgo, estabelece que a UE deve chegar a um entendimento comum sobre o âmbito da economia social, que respeite a sua enorme diversidade e desenvolvimento histórico em todos os estados membros. Defende a inclusão da economia social como parte de uma estratégia de modernização do mercado único. Também propõe reuniões de alto nível entre os responsáveis por assuntos relativos à economia social de diferentes Estados-Membros. Foi criada uma comissão de acompanhamento da declaração do Luxemburgo. O objetivo do “Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo” é garantir o cumprimento e o desenvolvimento dos acordos alcançados.

Na conferência europeia sobre economia social realizada em Bratislava a 1 de dezembro de 2016, foi anunciado que Espanha ocuparia a primeira presidência deste Comité de Monitorização e que a primeira reunião seria realizada em Madrid a 15 de março de 2017.

3. Membros

Ao grupo inicial que assinou a Declaração do Luxemburgo, juntaram-se outros altos representantes dos governos responsáveis pela economia social da UE. Atualmente, 20 Estados-Membros – Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Eslováquia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Luxemburgo, Malta, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia – fazem parte do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo. São os países que ratificaram pelo menos uma das sete declarações sobre economia social produzidas pelos Estados-Membros.

4. Declarações

Até ao momento, foram produzidas por diferentes Estados-Membros, no âmbito do Comité, sete declarações que podem ser consultadas no [Anexo 2](#), que de seguida se listam:

- DECLARAÇÃO DO LUXEMBURGO
“Um roteiro para um ecossistema mais abrangente para empresas de economia social”. 4 de dezembro de 2015.
- DECLARAÇÃO DE BRATISLAVA
“A economia social como um ator fundamental no fornecimento de respostas eficazes aos atuais desafios da sociedade na UE e no mundo”. 1 de dezembro de 2016.
- DECLARAÇÃO DE MADRID
“A economia social, um modelo empresarial para o futuro da União Europeia”. 23 de maio de 2017.
- DECLARAÇÃO DE LIUBLIANA
“Expansão das empresas de economia social na economia social e solidária: para uma cooperação mais sólida e estruturada entre a UE e o sudeste da Europa”. 25 de abril de 2017.

- **MANIFESTO PACT FOR IMPACT**
“Pact for Impact, uma aliança global para uma economia social e inclusiva” Paris, 11 de julho de 2019.
- **DECLARAÇÃO DE TOLEDO**
“A Economia Social e Solidária como motor fundamental para um futuro inclusivo e sustentável”, 4 de dezembro de 2020.
- **DECLARAÇÃO DE CASCAIS**
“Por um Plano de Ação Europeu para a Economia Social promotor do papel da economia social no Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, 13 de julho de 2021.

5. Presidência

A Presidência do comité de monitorização é exercida pelo período de um ano, decidida por consenso dos Estados membros.

As regras de funcionamento indicam que o Comité deverá reunir-se ordinariamente pelo menos uma vez por ano, sendo possível realizar também reuniões extraordinárias a pedido da Presidência ou mediante solicitação por escrito, dirigida à secretaria do Comité, de qualquer dos Estados signatários.

Os seguintes Estados membros ocuparam a presidência:

Espanha, 2017

A reunião constitutiva do Comité de Monitorização ocorreu em 15 de março de 2017, na qual foram aprovadas as regras de funcionamento do comité.

Durante a Presidência Espanhola, também se realizou em Madrid a Conferência Europeia de Economia Social sob o título “A economia social, um modelo de negócio para o futuro da União Europeia”, culminando a 23 de maio de 2017 com a chamada Declaração de Madrid de apoio à economia social, assinada por 11 estados membros. A Declaração destaca a importância do setor da economia social para a União Europeia, com cerca de 2 milhões de empresas que empregam mais de 14,5 milhões de pessoas e representam 8% do produto interno bruto europeu.

A segunda reunião do Comité de Monitorização foi realizada a 16 de novembro de 2017, no âmbito de um evento organizado pela Comissão Europeia, através da DG Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME (DG GROW) sobre o papel da economia social no crescimento da economia e na geração de empregos de qualidade, que teve lugar na Gothenburg Business School, um evento paralelo à Cimeira Social da UE.

Eslovénia, 2018

A primeira reunião do Comité de Monitorização sob a Presidência eslovena foi realizada em 14 de abril de 2018, em Sofia, Bulgária, como um evento paralelo a uma Cimeira realizada sob a presidência búlgara do Conselho da UE.

A cidade escolhida para Capital Europeia da Economia Social 2018 foi Maribor. As atividades lançadas durante o mandato esloveno do Comité de Monitorização foram lideradas pelo Secretariado Técnico do Presidente da Eslovénia e desenvolvidas pela Associação Nacional para a Economia Social da Eslovénia, com destaque para o desenvolvimento do empreendedorismo social.

França, 2019

A primeira reunião do Comité de Monitorização sob a Presidência Francesa ocorreu a 2 de abril de 2019 em Estrasburgo, cidade apontada como Capital Europeia da Economia Social 2019.

Sob a presidência francesa, foi organizado um grande evento, denominado “Pact for Impact”, com o objetivo de promover a Economia Social e Solidária a nível global, no dia 15 de julho, em Paris. A 27 de novembro de 2019, realizou-se em Estrasburgo a segunda reunião do Comité de Monitorização, a par do Dia Europeu das Empresas de Economia Social, promovido pelo Comité Económico e Social Europeu.

Espanha, 2020

A primeira reunião da Presidência Espanhola ocorreu a 28 de maio de 2020, online, devido à pandemia COVID-19. Foi presidido pela Ministra do Trabalho e da Economia Social Yolanda Díaz e contou com a presença de representantes de 16 Estados-Membros da UE, instituições europeias (Parlamento Europeu, Comissão

Europeia), organizações internacionais (OCDE, OIT), organizações europeias (Comité Económico e Social Europeu) Organizações europeias e nacionais representativas do setor (Social Economy Europe, ESS France, CEPES).

Nesta reunião foi decidido, entre outras questões, que Toledo seria a capital europeia da Economia Social 2020 e que o Ministério do Trabalho e da Economia Social prepararia um website sobre o comité de monitorização da declaração do Luxemburgo.

Portugal, 2021

Portugal assumiu durante o ano de 2021 a Presidência do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, que coincidiu, no primeiro semestre, com a Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

Após ter sido desenvolvido um processo destinado a selecionar a cidade portuguesa Capital Europeia da Economia Social 2021, foram identificados cinco municípios finalistas: Braga, Cascais, Coimbra, Sintra e Torres Vedras. Atenta a qualidade das cinco candidaturas apresentadas, foi adotado um conceito de rede integrando aquelas cinco autarquias como Rede de Cidades Portuguesas – Capital Europeia da Economia Social 2021 (CEES 2021), que resultou na realização um conjunto de iniciativas promotoras da economia social, com carácter local, nacional e internacional, enquadrado por uma Carta de Compromisso subscrita pelos cinco municípios e pela CASES – Anexo 3.

6. Atividades desenvolvidas em 2021

6.1. Eventos Âncora

Durante o ano de 2021 têm vindo a ser desenvolvidas, pela CEES 2021, uma série de eventos e atividades. Cinco destes eventos – os eventos âncora – foram organizados e promovidos por cada um dos cinco Municípios, em parceria com a CASES e com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os programas de cada evento podem ser consultados no Anexo 3.



**CONFERÊNCIA
DE ALTO NÍVEL**
ECONOMIA SOCIAL

Sintra, 29 de março 2021.

6.1.1 Conferência de Alto Nível sobre Economia Social “O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais” – Sintra – 29 de março de 2021

No âmbito da PPUE2021 e da Presidência do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo realizou-se, em formato de *Live streaming*, a partir do Palácio Nacional de Queluz, a Conferência de Alto Nível sobre Economia Social subordinada ao tema: "O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais", que teve como objetivo contribuir de forma efetiva para o debate em curso sobre Economia Social.



// Abertura

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Basílio Horta

Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal

Ana Mendes Godinho



// Apresentação da Rede de Cidades Portuguesas

Capital Europeia da Economia Social 2021

Esta rede assume, em 2021, o estatuto de Capital Europeia da Economia Social desenvolvendo um programa de iniciativas próprias, ou em parceria com a CASES, projetando-se no futuro o seu alargamento e progressiva estruturação. Assim, as Câmaras Municipais de Braga, Cascais, Coimbra, Sintra, Torres Vedras, a que se associou a CASES, formalizaram a Rede de Cidades Portuguesas – Capital Europeia da Economia Social 2021, através da assinatura pelos seus Presidentes da Carta de Compromisso - [Anexo 3](#).



O Comissário Nicolas Schmit referiu o papel da economia social na criação de emprego de qualidade e no combate às desigualdades, destacando a necessidade de construir ecossistemas favoráveis ao seu desenvolvimento, de melhorar o acesso ao financiamento e aos fundos europeus e formação e de acompanhar o crescimento e internacionalização dessas empresas e entidades, incluindo no âmbito das transições verde e digital. Recordou que no quarto trimestre de 2021 a Comissão Europeia apresentará Plano de Ação Europeu para a Economia Social, atualmente em consulta pública online, ao qual todos os atores da Economia Social são chamados a responder.



// **Construção do Plano de Ação Europeu para a Economia Social**

Responsável da Comissão Europeia (DG EMPL) pela Coordenação do Plano de Ação Europeu para a Economia Social

Manuela Geleng

Comentário

Diretor da Social Economy Europe

Víctor Meseguer

Manuela Geleng, da Comissão Europeia, referiu que, apesar dos desenvolvimentos positivos dos últimos anos, nomeadamente o reconhecimento da sua relevância e maior acesso a financiamento (sobretudo através do Fundo Social Europeu) por parte das entidades da Economia Social, há ainda pouco conhecimento e consciência das especificidades do setor, o que tem um impacto negativo no desenho de políticas e no financiamento. Acrescentou que é necessário um quadro de conceitos mais coerente para os intervenientes nos Estados-Membros e também a nível local e regional, sendo que as conclusões do estudo apontam para três grandes áreas a melhorar: aumentar a consciência sobre Economia Social; criar oportunidades de acesso a financiamento e ao mercado; e

melhorar as condições estruturais, nomeadamente a nível de formação, educação e medição de impacto.



Victor Meseguer, Diretor da Social Economy Europe (SEE), fez comentários sobre o que foi dito por Manuela Geleng e acrescentou as principais propostas da SEE Plano de Ação da Economia Social.

Este novo documento de política propõe 7 áreas prioritárias para a intervenção europeia:

1. Um entendimento comum da economia social na EU;
2. Melhorar a visibilidade da Economia Social e o seu contributo socioeconómico;
3. Melhorar o acesso ao financiamento e a fundos da UE para empresas e organizações de economia social;
4. Impulsionar o acesso da Economia Social aos mercados no Mercado Único;
5. Promover a economia social a nível global como motor da implementação dos ODS;
6. Rumo à participação da economia social no diálogo social intersectorial da EU;
7. Coordenação, implementação e acompanhamento do Plano de Ação para a Economia Social.

// **O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**

Keynote Speaker **Giuseppe Guerini**

Participantes

Secretário-Geral da OCDE – **Angel Gurría**

Diretora do ACTRAV/OIT – **Maria Helena André**

Secretária de Estado do Trabalho, Família, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Eslovénia – **Mateja Ribič**

Ministra do Trabalho e da Economia Social de Espanha – **Yolanda Díaz**

Presidente da UNTFSSSE - **Vic Van Vuuren**

Presidente da Social Economy Europe – **Juan Antonio Pedreño**

Diretor-Geral da Confederação Portuguesa da Economia Social – **Francisco Silva**

Presidente da Portugal Inovação Social – **Filipe Almeida**

Moderador Diretor da FEUC e Especialista em Economia Social – **Álvaro Garrido**



Giuseppe Guerini, o *keynote speaker*, focou a sua intervenção no papel fulcral que a economia social deverá ter nas transições verde e digital, nas quais se inclui o Pilar

Europeu dos Direitos Sociais. Referiu o seu carácter particularmente inovador, democrático, e de criação de valor social que é reinvestido nas comunidades e pessoas, e que é muito relevante na criação e manutenção de empregos, incluindo para os mais vulneráveis. O setor deve por isso ter maior investimento público e tratamento fiscal adequado, promovendo-se assim a humanização do mundo do trabalho.

Das intervenções e debate que se seguiram, e sintetizando, foram abordados os seguintes desafios à economia social na Europa:

- 1 – Reforçar e divulgar os seus valores comuns e identidade;
- 2 – Melhorar a gestão, modernizar e atrair mais jovens para as entidades de economia social;
- 3 – Desenvolver a articulação institucional entre o público, o privado e a economia social, promovendo uma maior inclusão da economia social nas políticas públicas, acesso a financiamento privado e reforço do seu papel no diálogo social;
- 4 – Criar escala e promover a internacionalização do setor, havendo necessidade de maior cooperação entre a economia social europeia e os países com economias em desenvolvimento.
- 5 – Promover a medição do impacto do setor em diversos âmbitos, nomeadamente junto das comunidades locais, no desenvolvimento sustentável, na coesão social.

// Encerramento

Secretário de Estado da Segurança Social de Portugal

Gabriel Bastos



// Momento Cultural

Quarteto de cordas de Sintra





CERIMÓNIA PÚBLICA SOLENE
PRÉMIO COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE
ANTÓNIO SÉRGIO 2020

Torres Vedras, 28 de abril 2021.

6.1.2. Cerimónia Pública Solene do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2020, Torres Vedras, 28 de abril 2021

12

A Cerimónia decorreu, no dia 28 de abril, em formato de *Live streaming*, no Teatro-Cine da Cidade de Torres Vedras.



O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, criado em 2012 pela CASES, constitui uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a economia social.

Na cerimónia foram homenageadas pessoas coletivas e singulares ligadas ao setor da Economia Social.



Dos premiados, destaca-se José António Vieira da Silva, que recebeu o prémio na categoria Honra à Carreira. Na ocasião, o ex-ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social proferiu uma conferência sobre “O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”.

A sessão contou, ainda, com a participação do Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, do presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Carlos Bernardes, da vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras e membro da Direção da REVES – Rede Europeia de Cidades e Regiões da Economia Social, Ana Umbelino, e do presidente da Direção da CASES, Eduardo Graça.



Mais informações [aqui](#).



**FÓRUM
DE
INOVAÇÃO SOCIAL**
Braga, 17 e 18 de junho 2021.

6.1.3. Fórum de Inovação Social – Inovação Social na Economia Social, Braga, 17 e 18 de junho 2021

O Centro de Congressos do Altice Forum Braga acolheu, nos dias 17 e 18 de junho, o Fórum de Inovação Social, dedicado à Inovação Social na Economia Social.



O evento, que contou com o Alto Patrocínio da Presidência da República, teve por objetivo analisar e refletir sobre temas relevantes nas áreas da Economia Social, a nível nacional e europeu.

Estes temas foram debatidos em quatro painéis: “Economia Social e Inovação Social nas Políticas Europeias e Nacionais”, “Impacto do Título de Capital Europeia da Economia Social nas cidades Europeias”, “Inovação na Economia Social” e “Investimento de Impacto na Economia Social”. Foram ainda apresentados Projetos de empreendedorismo social e atribuídos Prémios de Empreendedorismo e de Inovação Social.

O Centro de Congressos do Altice Forum Braga acolheu, nos dias 17 e 18 de junho, o Fórum de Inovação Social, dedicado à Inovação Social na Economia Social.

O Fórum foi aberto pelo então Presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio - que apresentou também o Mapa Social de Braga, um instrumento de georreferenciação de todas as iniciativas sociais do Concelho - e pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos.

Os diferentes temas foram debatidos em quatro painéis:

“Impacto do Título de Capital Europeia da Economia Social nas cidades Europeias”, painel dedicado à partilha de experiências por parte das cidades que desde 2018 foram a capital europeia: Maribor em 2018, Estrasburgo em

2019, Toledo em 2020 e Braga enquanto representante da Rede das cinco cidades Portuguesas em 2021.

“Economia Social e Inovação Social nas Políticas Europeias e Nacionais”, que contou com a participação de representantes da CASES, da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), da Social Economy Europe (SEE), da Portugal Inovação Social e de um membro do Parlamento Europeu.

“Inovação na Economia Social” foi um painel no qual intervieram atores que se dedicam à dinamização da inovação social em Portugal, nomeadamente Manuel de Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas, Filipe Santos, Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Celmira Macedo, Empreendedora Social, Marta Albuquerque, representante da Portugal Inovação Social e Inês Sequeira, Diretora da Casa do Impacto.

“Investimento de Impacto na Economia Social”. Este painel contou com a participação das empresas Microsoft, Ikea, Fujitsu, Bernardo da Costa e DST, que deram a conhecer as suas ações de apoio às entidades de economia social, promotoras de impacto.

Foram ainda apresentados Projetos de empreendedorismo social e atribuídos Prémios de Empreendedorismo e de Inovação Social, em sessões que se caracterizaram por serem muito dinâmicas e permitirem a apresentação de realidades inovadoras no domínio da economia social.



CONFERÊNCIAS DE CASCAIS
REUNIÃO DO COMITÉ DE MONITORIZAÇÃO
DA DECLARAÇÃO DO LUXEMBURGO

Cascais, 13 e 14 de julho 2021.

6.1.4. Conferências de Cascais e Reunião do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, 13 e 14 de julho 2021

As Conferências de Economia Social e a Reunião do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo decorreram nos dias 13 e 14 de julho, em Cascais.

As conferências foram abertas pelo Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras e pela Ministra Ana Mendes Godinho.



A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sublinhou que a economia social deve ser uma bússola e um catalisador para encontrar uma saída justa para a crise económica e social em curso, referindo ainda que

responde às necessidades da sociedade, é um motor de resiliência económica e social em tempos de crise e uma ferramenta para um renascimento, tornando os cidadãos protagonistas das transições verde e digital, de forma justa.

De seguida, o Presidente da CASES, Eduardo Graça, fez uma intervenção sobre “As cidades e a Economia Social – protagonistas do desenvolvimento e criação de emprego a nível local e regional”, ilustrando com dados estatísticos a importância da economia social na criação de emprego, em particular a nível local e destacando que o fomento da economia social pelas autarquias é um poderoso fator do desenvolvimento local é um relevante índice de qualidade da política autárquica, uma vez que reforça o enraizamento territorial da atividade económica, induz a criação de emprego de qualidade, estimula o protagonismo cívico dos cidadãos e a coesão do tecido social.

Interviu depois o Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Francisco Lima, cuja apresentação “Conta satélite da economia social – a questão estatística e o caso português” pode ser consultada [aqui](#).

Filipe Almeida, Presidente da Portugal Inovação Social, fez uma intervenção sobre “Inovação na economia social: uma vocação, uma oportunidade e um imperativo”, na qual destacou o imperativo de modernização da economia social, entre outras medidas, através da mobilização mais jovens e maior investimento, valorizando os resultados e impacto social, referindo ainda a necessidade de enquadrar as novas formas de empreendedorismo social. Profissionalizar, digitalizar, colaborar, avaliar, comunicar e inovar foram os desafios apontados à atividade das entidades da economia social.

O Comissário Europeu Nicolas Schmit apresentou os planos da UE para impulsionar a economia social através do próximo Plano de Ação para a Economia Social. Schmit sublinhou que a Europa precisa de lutar contra todas as desigualdades, mobilizando todo o potencial da economia social em áreas-chave, tais como: solidariedade e serviços sociais, as transições verde, digital e demográfica – com uma menção especial à economia circular e cooperativas de plataforma, democracia e participação ativa do cidadão, e desenvolvimento local. No que diz respeito às prioridades para a ação da UE, o Comissário Schmit destacou o seguinte:

- Aumentar a visibilidade da economia social: sensibilizar toda a sociedade, a comunidade financeira e as autoridades públicas.
- Ajudar os Estados-Membros e as autoridades locais e regionais a construir ecossistemas propícios à economia social.
- Aumentar o acesso ao financiamento através de instrumentos como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o ESF Mais e o InvestEU.
- Incentivar as empresas e organizações de economia social a crescerem, também através da utilização de todo o potencial dos contratos públicos socialmente responsáveis, da intercooperação entre os atores da economia social e com as empresas tradicionais.
- Impulsionar a inovação social e a cocriação de serviços sociais.
- Tirar partido da vontade dos jovens europeus de se envolverem na economia social para promover a mudança.
- E desenvolver a economia social para além das fronteiras da UE para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, com

especial atenção ao alargamento e aos países vizinhos a leste e sul e a África.

Reunião do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo

As conferências da manhã de dia 13 foram seguidas da Reunião do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, com a participação de Gabriel Bastos, Secretário de Estado da Segurança Social, que presidiu à reunião, Eduardo Graça e Carla Ventura, presidente e vice-presidente da CASES, representantes de Portugal; Ivan Krastev, Vice Ministro da Trabalho e Política Social e Petar Nachev e Desislava Georgieva-Ushkolova, representantes da Bulgária; Kypros Protopapas, Comissário da Autoridade para as Sociedades Cooperativas do Chipre; Joaquin Pérez Rey, Secretário de Estado do Trabalho e Economia Social e Juan Manuel Sánchez, Subdiretor para a Economia Social e RSE, de Espanha; Milan Krajniak, Ministro do Trabalho Assuntos Sociais e Família da Eslováquia; Maxime Baduel, Arnaud Boulanger e Thomas Boisson, representantes de França; Andrea Orlando, Ministro do Trabalho e das Políticas Sociais de Itália; e Mihnea-Claudiu Drumea, Secretário de Estado do Ministério do Trabalho e Proteção Social da Roménia. Estiveram ainda presentes Ruth Passerman, Directora para os Fundos, da Comissão Europeia, DG EMPL; e Juan Antonio Pedreño, Presidente da Social Economy Europe.

13 Estados Membros – Portugal, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Espanha, França, Itália, Lituânia, Luxemburgo e Roménia – adotaram a Declaração de Cascais – Por um Plano de Ação Europeu para a Economia Social promotor do papel da economia social no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, reforçando a sua cooperação e comprometendo-se a apoiar a economia social como motor de uma justa recuperação, sublinhando a sua relevância na criação e manutenção de empregos estáveis e dignos e ressaltando a necessidade de melhorar o seu acesso a financiamento, formação, nomeadamente para acompanhar as transições Verde e Digital, reforço das redes locais e da educação para a economia social, partilha de boas práticas a nível académico e profissional, e o reforço do papel da economia social no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, temas que esperam ver vertidos no Plano Europeu para a Economia Social.

Destaca-se ainda a passagem de testemunho a Itália, que irá presidir ao Comité no ano de 2022, e que fez uma apresentação dos seus objetivos e compromisso com a Economia Social, bem como a candidatura de Bulgária que pretende presidir ao Comité em 2023. A Eslovénia, que tem neste segundo semestre de 2021 a Presidência do Conselho da União Europeia referiu que realizaria a 12 e 13 de outubro uma conferência sobre Inovação Social.

Conferências da tarde de dia 13

A parte da tarde foi dedicada a temas como os desafios locais e europeus para a economia social e as transições digital e verde em curso, elementos importantes que devem ser tidos em consideração e incluídos no futuro desenvolvimento da economia social, já que apresentam uma nova gama de oportunidades e desafios. A gravação da sessão da tarde pode ser vista [aqui](#).

No dia 14 de julho, de manhã, as sessões, foram dedicadas à identidade das organizações da economia social e empresas sociais e à comemoração dos 20 anos da Rede de Cascais.

Mais informações [aqui](#).

Notícia “O futuro da Economia Social passou estes dias por Cascais”



**CIMEIRA
IBÉRICA**
ECONOMIA SOCIAL

Coimbra, 8 de setembro 2021.

6.1.5. Cimeira Ibérica de Economia Social, Coimbra, 8 de setembro de 2021.

A Cimeira Ibérica representou um aprofundamento político das relações entre Espanha e Portugal no âmbito específico da Economia Social, projetando no futuro um conjunto de iniciativas, incluindo a continuidade bianual de Cimeiras da Economia Social.



Os governos dos dois países, através das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, Ana Mendes Godinho, e da Segunda Vice-presidente do Governo e Ministra do Trabalho e Economia Social do Reino de Espanha, Yolanda Díaz Pérez, subscreveram um Memorando de Entendimento e Cooperação em Matéria de Economia Social, cujas ações serão operacionalizadas pela CASES e pela Direção Geral do Trabalho Autónomo, Economia Social e RSE de Espanha – Anexo 5.

Mais informações [aqui](#).

6.2. Programa completo da Capital Europeia da Economia Social 2021

Para além dos cinco eventos âncora co-organizados pela CASES, têm vindo ser desenvolvidas diversas atividades por cada uma das cinco cidades da rede, em parceria com entidades da economia social, sob vários formatos, como conferências, workshops, estudos, ações de formação, visitas de estudo, festivais e feiras, e tocando diferentes áreas como o empreendedorismo e inovação, avaliação, medição e investimento de impacto, integração de públicos vulneráveis, empregabilidade, envelhecimento, ambiente e sustentabilidade, que podem ser consultados no Anexo 6 - (Braga / Cascais / Coimbra / Sintra / Torres Vedras). Estas ações integram o Relatório Final de Atividades 2021 da Rede de Cidades - Capital Europeia da Economia Social 2021 - Anexo 8.

7. Materiais produzidos

Vídeo A Economia Social na Europa e em Portugal

Vídeo CEES 2021

Website CEES 2021



8. Recomendações da Presidência Portuguesa às futuras Presidências

Sistematização e disponibilização de informação sobre o Comité

O Comité de Monitorização é um órgão intergovernamental composto por representantes de alto nível dos Estados membros da União Europeia e como tal, está sujeito a constantes mudanças, sendo que até à data foi difícil reunir e manter atualizada a lista de responsáveis e pessoas de contacto em cada Estado Membro. Esta informação acaba por passar, muitas vezes de modo informal e já desatualizada, de uma presidência para outra. Nesse sentido, recomendamos que se estabeleça que cada Estado-Membro do Comité designe um responsável político e um ponto focal para esta matéria, e que seja criado um diretório partilhado, ao qual poderão aceder todos os Estados-Membros e pontos focais. A Presidência Espanhola em 2020 deu um passo importante na sistematização da informação existente, através da criação de um website. Portugal acompanhou esta tendência em 2021, ao criar a página eletrónica da Capital Europeia da Economia Social 2021, que inclui informação sobre o Comité, sendo que este relatório tem também por objetivo reunir e transmitir a informação disponível. Recomendamos assim que as próximas presidências possam ir mais longe neste esforço, beneficiando dos instrumentos que se espera que sejam criados no âmbito do Plano de Ação para a Economia Social, designadamente um Portal da Economia Social da EU, previsto para 2023.

Plano de Trabalho Bianual

Como exposto na Declaração de Cascais promovida por Portugal este ano e subscrita por 13 Estados-Membros, recomenda-se que seja estabelecido um Plano de Trabalho Bianual do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, em cooperação com a Sociedade Civil sempre que se justifique. Com efeito, seria útil que houvesse um trabalho conjunto entre presidências atuais e futuras, e a sociedade civil, no sentido de desenvolver e dar maior coerência às atividades do Comité, não esquecendo a sua relação com o Plano de Ação Europeu para a Economia Social.

Capital Europeia da Economia Social

A Capital Europeia tem vindo a ser designada pelo Estado Membro que assume a Presidência. Durante a sua Presidência, Portugal optou por um processo inovador de criação de uma Rede de Cidades Capital Europeia da Economia Social, o que se tem revelado uma mais-valia e provado ter um efeito multiplicador no objetivo, partilhado por todos os Estados-Membros, de dar visibilidade e aumentar o conhecimento e reconhecimento do setor. Neste sentido, propõe-se que anteriores e futuras Capitais Europeias de Economia Social trabalhem em cooperação, continuando a desenvolver e partilhar atividades e boas práticas, aproximando diferentes geografias e realidades.

COOPERATIVA
ANTÓNIO SÉRGIO
PARA A ECONOMIA SOCIAL

Comité de Monitorização da Declaração
do Luxemburgo.